



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ATA N.º 18/2019

----- Ata da reunião ordinária realizada aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove.-----

----- Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Irene Paixão dos Santos Leitão.-----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. Intervenção do público**
- 2. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 3. Ordem do Dia.**
  - 3.1. Apresentação, discussão e aprovação do projeto de execução “Passadiço do Zêzere”**
  - 3.2. Aprovação da minuta do contrato referente ao empréstimo para substituição de dívida.**
  - 3.3. Deliberação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas).**
  - 3.4. Deliberação sobre o pedido de alteração de edifício habitacional e de serviços, constantes do registo n.º 5268, datado de 29 de julho de 2019.**
  - 3.5. Deliberação sobre o pedido de legalização de edifício habitacional constante do registo n.º E/5397/2019, datado de 5 de agosto de 2019.**
  - 3.6. Deliberação sobre a alteração orçamental n.º 5/2019.**
  - 3.7. Conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira do município, nos termos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d), da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.**

-----O Senhor Presidente explicou que não foi possível apresentar a ata da última reunião do dia 04-09-2019, dado a escassez de recursos humanos que neste momento se verifica no Município de Manteigas, originando que os funcionários tenham de acumular diversas tarefas em simultâneo.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Deixou a ressalva que todos os assuntos que foram deliberados na referida reunião foram aprovados em minuta para surtirem efeitos imediatos.-----

Solicitou aos Senhores Vereadores que o ponto 3.1 da ordem de trabalhos fosse apreciado antes de se entrar na Ordem de Trabalhos propriamente dita, permitindo dessa forma libertar com mais celeridade os técnicos que irão apresentar o projeto Passadiço do Zêzere. -----

### **Intervenção do Público.** -----

----- Encontravam-se inscritos a Senhora Sónia Carina Ambrósio Biscaia e o Senhor João Abrantes Gaspar, por ordem de inscrição o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Sónia Biscaia. -----

----- A Sónia Carina Ambrósio Biscaia, na qualidade de concessionária da Mostra Gastronómica de Sameiro, reportou uma série de avarias relativas aos equipamentos situados no referido espaço concessionado, tais como: o ar condicionado, a máquina de lavar loiça da cozinha e máquina de lavar loiça do bar, a *vitrine*, o elevador e a arca de refrigeração.-----

Declarou que na altura assinou o auto de vistoria que referia que os equipamentos estavam todos a funcionar.-----

Deu conhecimento que há cerca de 15 dias rebentou um tubo da rede pública de abastecimento de água, tendo provocado uma inundação na sala do restaurante, o que originou danos no respetivo piso. Solicitou a compreensão da Câmara para as situações explanadas.-----

----- O Senhor Presidente explicou o que em seguida se passa a citar: existe a compreensão suficiente para perceber o que é da responsabilidade da Câmara, mas também existe a consciência que o espaço que foi arrendado trata-se de um restaurante que possui equipamento usado, que já tem algum tempo de vida. Por esse motivo o valor da renda foi fixado em cento e cinquenta euros (150,00€), tratando-se de uma renda irrisória. Na altura, mandou-se fazer uma vistoria para saber quais os equipamentos que estavam a funcionar e quais é que estavam avariados e que eram passíveis de serem reparados. As condições do edifício são das melhores que se pode encontrar no concelho. -----

No auto de vistoria que foi realizado estão identificados os equipamentos que estão avariados e que são para reparar e os que não são para reparar, pois já estão fora de serviço, sendo que os autos de vistoria são objetivos e são sempre assinados pelas duas partes interessadas. No que diz respeito ao ar condicionado, o eletricista já se deslocou ao local por várias vezes e lamento que até agora não esteja ainda reparado, pois houve uma reação imediata por parte do Município. Ainda assim, perante as falhas do técnico é a Câmara a responsável, pois contratou o serviço do mesmo. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 347 -

A máquina de lavar a loiça do bar foi reparada, na altura, contudo se está avariada, o Município irá tratar de a reparar. A máquina de lavar loiça da cozinha, não está na listagem dos equipamentos que não estavam a funcionar no auto de vistoria.-----

A *vitrine* do bar estava a funcionar no momento em que o espaço foi arrendado, por isso a sua reparação não é da responsabilidade do Município, mas da concessionária. A arca de refrigeração da cozinha terá de se verificar, no auto de vistoria, se na altura esse equipamento estava a funcionar. O elevador já deveria ter sido reparado, sendo que o serviço também foi entregue ao electricista.-----

No que diz respeito à inundação no restaurante, a Câmara teve conhecimento de um rebentamento na rede pública de abastecimento de água, a fiscalização foi ao local, foi feita a participação. Nesse sentido, foi proferido um despacho para ser comunicado à companhia de seguros, de modo a que se deslocassem rapidamente ao local, para se fazer uma vistoria e perceber-se qual era o *timing* para reparação do pavimento. Vamos verificar junto do serviço competente qual o ponto de situação.-----

As responsabilidades que são do Município serão cumpridas e lamento que até ao momento isso ainda não tenha sido feito. Apelo, também, à compreensão da concessionária, para que perceba que aquilo que foi feito foi um contrato de arrendamento, por negociação direta, com uma renda exígua. Não quer com isto dizer, que a concessionária fique com a despesa dos equipamentos que não estavam a funcionar e que era obrigação do Município reparar, contudo terá que assumir a despesa dos equipamentos que na altura estavam a funcionar e que, entretanto, avariaram.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra, tendo referido: já tínhamos chamado à atenção, para este auto de vistoria que nos foi entregue e que dava em conformidade todo o equipamento. Em relação às avarias que nos estão a ser relatadas, vou só citar um exemplo: se comprar um automóvel usado, nem que seja com trinta anos, há sempre um período de garantia. O facto de a renda ser baixa não é desculpa, o valor da renda é baixo porque também não havia mais ninguém interessado em arrendar o espaço. Considero que se deve dar um período de utilização, uma garantia de meio ano ou de um ano sobre o equipamento, devendo a Câmara reparar esses equipamentos durante esse tempo, a menos que se identificasse que as máquinas tinham avariado por mau uso da concessionária.-----

-----O Senhor Presidente declarou: não tenho essa opinião, sendo que o Senhor Vereador José Cardoso também não teve essa opinião, quando foi a mudança de arrendatário do restaurante. Sobre um equipamento tão degradado quanto este é extremamente difícil fazer um exercício desse tipo. Não há dúvida nenhuma que o valor que esteve subjacente à negociação, teve em conta todas estas premissas. O contrato foi aceite de boa vontade pelas duas partes e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ninguém deve dizer agora que se sente engando, sendo que o Município assume o compromisso de reparar os equipamentos que são da sua responsabilidade.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso alertou: o relatório que nos foi entregue refere que todos os equipamentos estavam em bom estado de conservação e em funcionamento. Gostava de ter acesso ao relatório do estado do equipamento. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, referiu que concorda com o Senhor Vereador José Cardoso. Se efetivamente houve um relatório assinado por ambas as partes, que declara que tudo estava bem e depois houve outro relatório que referia que existiam equipamentos que não estavam a funcionar, importa que se esclareça. Em reunião de Câmara sobre o assunto questionei se o relatório que foi entregue dizia respeito à altura em que o equipamento foi concessionado pela primeira vez. Na altura, falei com o responsável pelo património, que respondeu que a única coisa que lhe pediram foi a relação de todo o material que existia no restaurante, tendo o mesmo concedido a relação que existia no serviço.-----

Tudo estava em boas condições, contudo, agora sabemos que alguns equipamentos não estavam a funcionar, portanto aquele relatório que nos foi dado não estava atualizado.-----

Se no relatório constava material como estando em boas condições e, efetivamente, não estava a funcionar, algo está errado. Por outro lado, se se verificava que havia equipamentos que não funcionavam, tinha de haver um compromisso de ficarem arrançados. Contudo já há dois meses que o espaço foi concessionado e continuam as anomalias.-----

Se o relatório do material existente não está conforme é preciso corrigi-lo. Aliás, tive o cuidado aquando da Assembleia Municipal realizada em Sameiro, de alertar a concessionária para ter cautela com a relação de material que lhe iam entregar, pois tinha sido dito na Câmara que tudo estava em conformidade e seria melhor confirmar. A concessionária só assinou o auto de vistoria porque quis e por isso tem de assumir a responsabilidade daquilo que assinou. Ainda assim, a boa-fé que aqui a traz, faz com que a Câmara deva reconsiderar. É necessário colocar o equipamento em condições mínimas de funcionamento, sob pena de prejudicarmos a concessionária.-----

----- O Senhor Presidente aludiu: tudo o que for da responsabilidade do Município será assumido e iremos diligenciar para que tal seja feito com celeridade. O auto que está subjacente a todas estas declarações é um auto de vistoria do técnico com quem, eventualmente, o Senhor Vereador José Biscaia falou. Vou apurar que informação é que lhe passou, pois o mesmo esteve no local a fazer a vistoria com a concessionária. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, explanou: pelo que me é dado a ouvir, acho que aqui ninguém está de má-fé. O Senhor Presidente acabou de se responsabilizar pela reparação dos danos, que no âmbito do contrato de concessão, são da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

responsabilidade da Câmara. Neste momento tem que se pegar no contrato de concessão e saber qual é o equipamento que não funciona, verificar e exigir a sua reparação. Também me parece que o outro tipo de equipamento que, eventualmente, não esteja no contrato de concessão não pode ser exigível a reparação por parte Câmara. O Município está a assegurar que vai reparar o equipamento cuja responsabilidade da manutenção é da Câmara. Eu espero e confio na palavra do Senhor Presidente, que o vai fazer. -----

-----O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor João Abrantes Gaspar que se encontrava inscrito para intervir. -----

-----O Senhor João Abrantes Gaspar referiu que numa reunião com o anterior Senhor Vice-Presidente, em junho de 2017, no âmbito dos terrenos da escola, esclareceu que os terrenos eram propriedade da Junta de Freguesia. A resposta que lhe foi dada, na altura, foi que não existiam documentos assinados. Face ao exposto, entregou um documento assinado pelos legítimos proprietários dos terrenos em causa, que comprova que o caminho a poente da escola velha e onde estão instaladas as suas fossas, assim como os terrenos a sul das duas Escolas (velha e nova), até à estrada nacional 232, ficaram na posse da Junta de Freguesia de Sameiro. Declarou que estava a agir pelos interesses da Freguesia de Sameiro. Questionou quem é o responsável pela venda dos terrenos que medeiam a escola. -----

-----O Senhor Presidente leu o Termo de Declaração entregue pelo Senhor João Gaspar, cuja cópia está apensa a esta ata. -----

Mais referiu: o que aconselho é que faça uma exposição escrita à Câmara para podermos analisar a situação. O Senhor avoca que o terreno foi doado à Junta de Freguesia, logo a Câmara não o podia vender. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso pediu a palavra para esclarecer: nessa reunião ninguém me falou em terrenos da Escola de Sameiro, apenas se falou sobre a Escola, visto que a Junta de Freguesia de Sameiro queria ficar com a Escola. Se a Câmara vendeu a Escola, é porque no registo da Conservatória o edifício está em nome do Município de Manteigas, sendo que esse registo já foi feito há muito tempo, e não fui eu que fiz esse processo. Se existe alguma irregularidade, penso que a Junta de Freguesia de Sameiro deveria ter reclamado em tempo útil, até antes da escritura de compra e venda da Escola. -----

-----A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão aludiu: o Senhor João Gaspar refere que a Câmara Municipal vendeu uns terrenos adjacentes à Escola Primária de Sameiro, cuja propriedade o Senhor reclama para a Junta de Freguesia, tendo sido celebrada escritura pública. Considero que estamos perante um contrato de direito privado. A Câmara Municipal vendeu, porque supostamente tinha legitimidade para o fazer, em detrimento de alguém que agora vem reivindicar a propriedade dos terrenos. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Penso que, neste momento, a Câmara Municipal não se pode imiscuir no processo. Há uma transmissão da propriedade e o Senhor João Gaspar tem de recorrer aos meios comuns, para reivindicar a propriedade dos terrenos, para a Junta de Freguesia e pedir a declaração de nulidade da venda que foi feita. Salvo melhor opinião, sendo isto é uma questão de direito privado, a Câmara não tem que averiguar de quem são os terrenos, porque não tem legitimidade para vir declarar a nulidade das transmissões subsequentes. Considero que a Junta de Freguesia de Sameiro terá de recorrer ao Tribunal, para pedir a declaração de nulidade do processo, pois este documento não prova nada. -----

----- O Senhor Presidente explicou: uma vez que a Câmara vendeu a escola, enquanto Presidente da Câmara, também, quero perceber se o Município vendeu a escola e os terrenos. O que está a ser reivindicado pela Junta de Freguesia é apenas os terrenos. Quero ser esclarecido e quero ver o processo todo esclarecido. -----

Tal como referiu a Senhora Vereadora Irene Leitão, para reverter uma escritura tem que se recorrer aos meios comuns. Para melhor esclarecimento, será compulsado o registo da Escola e verificada qual é a área que nele consta, se tem logradouro, quantos metros quadrados possui. Se o logradouro tiver registado no mesmo artigo da escola, a venda foi feita pela Câmara com o terreno que constava no registo, tem de verificar porque é que constava no registo, se foi cedido à Junta de Freguesia o terreno não era da Câmara. Posteriormente, essa a questão terá de ser dirimida em Tribunal.-----

### **Período Antes da Ordem do Dia.**-----

----- O Senhor Presidente deu resposta às questões que foram levantadas na reunião anterior, no que diz respeito ao Posto de Turismo e Biblioteca, tendo deixado as seguintes explicações: relativamente à biblioteca está tratada a questão do elevador, as deficiências que havia estão neste momento colmatadas. Há uma outra questão, que não tem a ver com a empreitada em si mesma, mas trata-se de lixo que se acumula numa determinada caleira, causando entupimento e que pode eventualmente pingar água, contudo os serviços estão em alerta, para sempre que seja necessário limpar a caleira esse trabalho seja executado.-----

No que diz respeito ao Posto de Turismo, parece que a falta de iluminação à noite, às vezes prende-se mais com a vontade de ligar essa iluminação. É verdade, que quando chove há um ponto de infiltração e esse assunto ainda não está resolvido. A empresa já foi notificada que se não resolver, a Câmara aciona a garantia. Segundo consta, esse ponto de entrada de água apenas interfere com a instalação elétrica quando chove, verificando-se um curto-circuito que deita abaixo o quadro elétrico.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, referiu: já tinha colocado o problema da Praça Central, sendo uma obra que já todos tínhamos comungado que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 351 -

teria de ser feita e que estava pendente há mais de um ano à espera da resposta da Ordem dos Arquitectos, como tal pretendo saber qual o ponto da situação. -----

Referiu-se também aos Túneis da Serra da Estrela, dizendo que teve oportunidade de ler quais são as infraestruturas que estão propostas pelo Governo para o Programa 20-27 e apresentadas na Europa, e nem sombra de túneis. Pelo contrário, constam o IC37 e o IC7, itinerários complementares que pretendem atravessar a Serra da Estrela, do lado da Covilhã rumo a Seia e a Viseu. -----

Um itinerário complementar é uma estrada larga, mas a céu aberto, sendo que com a neve, com o gelo, o vento e o nevoeiro, é tão perigosa uma estrada larga como uma estrada estreita. Eu sou contra a abertura de novas estradas na Serra da Estrela que não trazem mais-valias. Ou queremos ter o Geopark ou não; ou queremos preservar ou não queremos. Neste sentido, continuo a defender os túneis e deixo aqui um apelo para que também ninguém tire a neve das estradas da Serra. Estamos a destruir aquilo que é a nossa grande riqueza, nomeadamente a água, os nossos habitats. Estamos a colocar quantidades infindáveis de sal no nosso território. Gasta-se dinheiro, não se melhora e estraga-se. -----

O visitante que chega a Manteigas, e tem neve, fica em Manteigas, e vai a pé ou de carro até onde pode ir, e o mesmo se deve passar do lado de Seia ou da Covilhã. -----

O Senhor Presidente voltou à defesa dos túneis enquanto candidato e que não ia desistir. Perante as informações o que pensa fazer? Nós cá estaremos mais uma vez para lutar por isso. Eu, que comecei este tema há muitos anos, serei um aliado indefetível. -----

Temos falado do Geopark e do possível Centro de Ciência Viva, e do contacto já havido há três anos com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica-Ciência Viva, presidida pela Dra. Rosalia Vargas, e nem a propósito, quando vejo a apresentação da aprovação do Geopark na UNESCO, verifico que o Senhor Diretor do projeto foi apresentar o mesmo na Torre, quando o Geopark deveria ser criticar a degradação da Torre. A ideia deles será direccionar para aquele local a sede do Geopark? Deve-se dizer ao Senhor Diretor para que em próximas intervenções se apresente junto a um geomonumento, ou junto de um geossítio. Manteigas tem vários geossítios e geomonumentos no Covão d'Ametade com os Cântaros, ou o próprio Vale Glaciário, por exemplo. -----

-----O Senhor Presidente clarificou que: relativamente à Praça Central os avanços que houve prendem-se com a Ordem dos Arquitectos, sendo que está já agendada a marcação de uma reunião, exatamente, para exigirmos dessa entidade a evolução do processo, ou então a rescisão completa de todas as relações que temos com esse organismo, de modo a que o Município possa avançar sozinho num concurso público.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Em relação ao outro assunto abordado pelo Senhor Vereador José Biscaia, temos despendido algumas declarações na Comunicação Social, ainda ontem a Lusa publicou declarações minhas e do Senhor Presidente de Seia, que refletem opiniões contrárias, em relação à Serra da Estrela. Podem ter a certeza que pugnarei sempre pelos interesses do concelho de Manteigas e estou à espera do momento certo, que não vai demorar, para atirmos este assunto para as páginas dos jornais e com a devida pressão. -----

O Senhor Vereador José Biscaia referiu que os túneis não estão previstos no Plano Rodoviário Nacional para 20-27, quero-lhe dizer que não há na Comunidade Intermunicipal indícios de discussão em relação a esta matéria. A própria Comunidade Intermunicipal teria de se pronunciar. Eu próprio lancei a discussão na CIM e percebi que o momento propício não será este, será talvez dentro de três a quatro meses. Eu sou contra a massificação dos automóveis no cume da Serra e acho que deve haver uma alternativa. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão avocou: quanto ao desenvolvimento da Serra da Estrela, e designadamente do concelho de Manteigas, fico estupefacta com o pedido do Senhor Vereador José Biscaia, que solicita que o Senhor Presidente lhe apresente aqui o Plano de Pormenor das Penhas Douradas. Já há vinte anos que estou à espera desse Plano de Pormenor, há vinte anos que ando a discutir e o tal Plano ainda não resulta. -----

Quanto ao desenvolvimento e à projeção de mais um Itinerário Complementar, que contorna o concelho de Manteigas, isto só reforça a ideia que já há muito tempo que venho a manifestar, de que Manteigas é uma "ilha" e está a ser esquecida e deixada para trás, pelos interesses dos concelhos limítrofes. Ao contrário do que é dito, não concordo que tem de haver cooperação e desenvolvimento com os concelhos limítrofes, e utilização de equipamentos comuns. Pois, têm sido sempre os concelhos limítrofes que nos têm tirado as ideias, basta olhar e analisar o que se passa com Seia, desde a Escola de Hotelaria, sendo que a nossa foi a primeira, e agora o abandono da ideia dos túneis na Serra da Estrela. -----

Tem que haver um maior empenho por parte do Município, para que isso não aconteça, e qualquer momento é oportuno, se existir a oportunidade de se contactar e de se falar destas questões com os órgãos de comunicação social, isso deve ser feito. -----

Não trago, neste momento, o trabalho mais desenvolvido sobre as acessibilidades para Manteigas, mas o mesmo está feito já há vinte anos e não há nada, não há projeto nenhum, nem nunca houve, que tirasse Manteigas do isolamento, exceto a nossa estrada nacional 232, graças ao Senhor Engenheiro António Guterres. -----

Relativamente à elaboração das atas, não estou a responsabilizar ninguém desta casa, porque se a Câmara não tem gente tem de a arranjar. A Lei diz que as atas são aprovadas no final da reunião ou no início da reunião seguinte e disso não abdicó. O Senhor Presidente contrate mais



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

trabalhadores, pague horas extraordinárias, mas disso não abduco disso. E na próxima reunião do Executivo quero a ata no início da reunião para ser aprovada. O artigo 53º diz que as atas devem ser assinadas e aprovadas no final da sessão ou no início da reunião seguinte.-----

Gostava que me explicasse o que é a bandeira da mobilidade que foi atribuída ao Município de Manteigas. Qual foi o organismo que a atribuiu, quais são os critérios que utilizou para ser atribuída e quais foram as exigências que a Câmara de Manteigas teve de cumprir para lhe ser atribuída.-----

-----O Senhor Presidente indicou: sem prejuízo daquilo que a Senhora Vice-Presidente poderá vir a dizer sobre esta questão, quero dizer que este galardão é concedido a cidades e vilas, que tenham envolvido nos seus projetos de mobilidade e de adequação urbana a atratividade turística e a melhor qualidade de vida dos seus cidadãos. Neste momento, não disponho de toda a informação, mas o processo será facultado à Senhora Vereadora Irene Leitão.-----

-----A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez referência: o Senhor Presidente acabou de dizer que Manteigas está enquadrada nos critérios de mobilidade e de acessibilidade das vilas e que os cumpre todos. Numa terra que não tem passeios em alguns pontos da estrada principal, onde as pessoas querem passar junto ao Patronato e têm receio, porque os carros passam no local com alguma velocidade, assim como junto à Escola Primária, onde está a acessibilidade?-----

Por outro lado, a nível de mobilidade automóvel, quem desce a rua dos Serviços Florestais que entronca com a Rua Dr. Sobral, tem um sinal de Stop a cerca de sete metros do cruzamento, a pessoa para no Stop e depois chega ao cruzamento não para e entra na estrada, com o risco de embater num carro que venha em sentido contrário, porque não o vê. Por outro lado, se não parar no Stop e parar no cruzamento, se a GNR estiver no local vai multar o automobilista, porque não parou no sítio próprio. Trata-se de uma questão de sinalética que tem de ser corrigida.-----

Outra situação é a rotunda à entrada da vila, sendo que se os carros passarem no local a 30 Km por hora, batem em baixo. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu: o instituto que atribuiu a bandeira de mobilidade a Manteigas é o mesmo que fez o projeto do Passeio do Zêzere. Em relação à casa dos Fiadeiros e das marcas judaicas que possui, o Senhor Presidente já verificou o assunto? Penso que a casa está à venda. -----

Sobre o Ski Parque, certamente que não há novidade, pois se houvesse o Senhor Presidente já teria dado conhecimento à Câmara. -----

Em relação à Escola de Hotelaria, gostaria de obter mais informações sobre as entradas e saídas de pessoal e se sempre vêm os alunos de São Tomé.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relativamente ao cruzamento da estrada dos Serviços Florestais, há sinalização horizontal no pavimento. Por outro lado, nessa estrada, as pessoas que vêm da Santa Casa apresentam-se pela direita e entendem que têm prioridade. Aquele local tem que ter um sinal de cedência de passagem, pois mesmo os veículos que vêm de baixo e vão em direção à Santa Casa não verificam se vem algum veículo de cima.-----

Ainda não há nada sobre o Hotel de Santa Luzia se o terreno é privado ou público? Trata-se de um assunto que está na Câmara já há algum tempo para solucionar. Gostaria de ter conhecimento sobre o ponto de situação do Plano de Pormenor do Ski Parque.-----

Constou-se que a Fábrica de Águas já está mesmo fechada, é preciso saber o que vamos fazer. Sobre a Escola velha de Sameiro, pretendo saber se a Junta de Freguesia concretizou as condições de utilização.-----

Em relação ao Plano de Pormenor das Penhas Douradas, sem a Revisão do PDM não adiantava de nada ter esse plano e o Plano de Ordenamento do Parque também foi revisto. O PDM andou à espera do Plano de Ordenamento do Parque e não há nenhum Plano que dure menos de dez a onze anos, sendo que conseguimos aprová-lo com a legislação anterior que estava a caducar.

Em relação a Manteigas ser uma “ilha”, é engraçado que o único concelho que tem mais visitantes estrangeiros do que nacionais é Manteigas, o que quer dizer que as pessoas gostam de vir à “ilha”. A mim não me preocupa que isto seja uma “ilha”, desde que os acessos estejam sempre limpos, quer no Inverno, quer no Verão. Eu dou conta que a Casa das Penhas Douradas nunca se preocupou muito com os acessos.-----

----- O Senhor Presidente explanou que: relativamente à Casa dos Fiadeiros, logo a seguir à reunião de Câmara falei com o Senhor Chefe de Divisão e mandei chamar a Fiscalização, porque o muro da parte de trás da casa está completamente desenquadrado, assim como solicitei que fosse realizada uma reunião com o proprietário, para o sensibilizar de modo a deixar visíveis as marcas judaicas. Considero que qualquer pessoa que venha a comprar essa casa, naturalmente, que terá todo o interesse em manter essas marcas, uma vez que valoriza a casa.-

Relativamente ao Ski Parque, o processo está com o nosso Técnico Oficial de Contas (TOC) para analisar a questão das contas, pois aquilo que existe é muito pouco, sendo que já alertei o TOC para o facto de se tratar de um assunto urgente, de modo a que a Câmara tome uma decisão, porque o espaço está a ficar cada vez mais degradado.-----

Informou que o Plano de Pormenor do Ski Parque virá à apreciação da Câmara na próxima reunião.-----

No que diz respeito à Escola de Hotelaria, há uma funcionária que se desligou voluntariamente, infelizmente, mudou de posto de trabalho, foi para outra zona do país e teve de ser contratualizada uma nova professora de inglês. O que foi dito ao Senhor Diretor da Escola é que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 355 -

recorresse, sempre que seja possível, a mão-de-obra local. Há um funcionário que estava com contrato a prazo e que não pode renovar mais contrato nesses termos, sendo que neste momento não podemos onerar mais a escola com responsabilidades para o futuro, pois ainda não sabemos como é que vai ser depois deste próximo ano letivo. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra, declarou que: se o funcionário é necessário deve ser contratado definitivamente, não deve renovar em cadeia novos contratos a prazo. A Escola de Hotelaria tem que cumprir a legislação do Trabalho. Há cerca de seis anos fomos confrontados por uma fiscalização da Inspeção do Trabalho que nos impôs os vencimentos dos professores de acordo com o respetivo contrato de trabalho. Na altura, o diretor da Escola e a Câmara não tínhamos esse entendimento, mas ainda assim tivemos que cumprir a tabela de remuneração imposta por Contrato Coletivo de Trabalho. Se há um lugar vago no quadro e tem pessoas contratadas a prazo e depois interrompe o contrato, para não lhe dar garantia de continuidade, está a cometer uma irregularidade. Se é necessário preencher esse lugar, tem que se contratar sem ou com termo. -----

-----O Senhor Presidente indicou que: o problema é ter sustentabilidade na escola, é que não está na obrigatoriedade de passar ao Quadro da Escola. O contrato já foi interrompido há muitos meses, com fim do ano letivo. Sendo que tem que se contratar uma pessoa a tempo inteiro e não para fazer as horas de trabalho que entende. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu: se há lugar no quadro, se a pessoa em exercício não foi considerada incapaz, julgo que é de cumprir a lei e dar continuidade a um processo de contratação que já existia e não abrir um novo contrato com uma pessoa diferente, apenas para não criar vínculo. Isso não me parece legal. -----

-----O Senhor Presidente questionou: sabe quantos contratos a prazo terminaram e foram feitos novos contratos ao longo dos últimos anos, e o Senhor Vereador José Biscaria era Presidente da Câmara e tinha uma relação direta com a Escola de Hotelaria? -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia clarificou que: foram celebrados outros contratos, mas não para pôr fim aos que existiam, mas porque os trabalhadores decidiram não continuar a laborar nessa instituição de ensino. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso explanou: quando abordei este assunto, pretendia saber especificamente sobre a situação do Diretor da Escola, que já sabe a data de aposentação. O Chefe de cozinha vai sair. Em relação à outra situação, não pode substituir um contrato a prazo por outra pessoa, pois fica inibido de contratar alguém. O que tem acontecido nos anos anteriores, é que a maior parte das vezes são os contratados que tomam a iniciativa de se irem embora.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente esclareceu: o chefe de cozinha mantém-se, assinou outro contrato. O Diretor da Escola quando se aposentar, irá tentar-se encontrar uma opção local, sendo que se encontrarmos uma opção dentro da própria escola, seria melhor, porque há uma redução de custos significativa com este tipo de soluções. Ou então recorrer a protocolos com instituições do ensino superior, que nos garantam alguma experiência de gestão, nomeadamente na gestão de estabelecimentos de ensino.-----

No que concerne ao Hotel de Santa Luzia e à questão do terreno, o artigo já foi identificado, e nele consta a área, sendo que mandei identificar se a área é só da parte de construção, ou se tem logradouro e como é que veio à posse da Câmara todo o terreno. Se veio à posse só a parte onde está instalada o Posto de Turismo, ou se veio à posse da Câmara a outra parte do terreno com esse artigo ou com outro. O registo tem setenta e sete metros quadrados de área coberta. Solicitei que fossem conferir a área do Posto de Turismo, porque duvido que este último tem 77 metros quadrados. Se o edifício tem menos tem que se ver onde está o resto do terreno. -----

Relativamente à Fábrica de Águas, ainda hoje ligaram para o Município, para questionar se a fábrica estava fechada, sendo que respondi que deviam perguntar isso ao proprietário, pois desconheço. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso alertou que: este assunto é importante por causa da licença de exploração, a partir do momento que fecha a fábrica cessa a licença.----

----- O Senhor Presidente referiu: estamos atentos à tentativa de apropriação do aquífero da Fonte Paulo Luís Martins, porque a desonestidade pode levar a que haja subterfúgios e processos fraudulentos, para tentar fazer uma exploração e registar água do mesmo aquífero em outro terreno próximo. Ontem estive na Direção Geral e no Ministério do Ambiente, sendo que pelo que me apercebi, pode estar no ar um processo deste tipo. -----

A única coisa que posso dizer é que já temos a certidão de execução do trânsito em julgado do Tribunal da Segunda Instância. Depois de muitos recursos o Tribunal manteve a decisão, que transitou em julgado na semana passada. Nesse contexto levei essa certidão ao Ministério do Ambiente e à Direção Geral. Vamos acionar a decisão do Tribunal, pois se o não fizermos podemos estar a entrar num processo de prevaricação.-----

Para o efeito o advogado do Município já está a tratar do recurso ao agente de execução de penas. O advogado disse que, com a certidão, a Câmara já podia acionar a sentença, contudo como podemos recorrer ao agente de execução de penas, o mesmo será feito de modo a não haver nada no processo que nos possa inibir de vir à posse da água definitivamente. Neste momento temos de ter todos os cuidados. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou a palavra aludiu: ter cuidado é eticamente responsável, mas veja-se bem o que é dito em atas anteriores, quando no anterior



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 357 -

executivo andávamos a tratar deste processo, e nos acusavam de não fazermos nada a tempo e horas.-----

-----O Senhor Presidente prosseguiu com os esclarecimentos, indicando: no que diz respeito a escola velha de Sameiro, oficiamos a Junta de Freguesia, no sentido de essa entidade indicar de uma forma mais esclarecedora, o que pretende com a ocupação da escola, tal como foi deliberado, e até ao momento ainda não se pronunciou.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso sublinhou; que fique registado que não existe nenhuma indisponibilidade por parte da Câmara, no sentido de ceder a escola.-----

-----A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão no uso da palavra inquiriu: relativamente à Escola de Hotelaria que tipo de escola querem ter? Se querem ter uma escola de qualidade, ou se querem ter uma escola como têm tido nos últimos anos? Isto porque se quer ter uma escola com qualidade e recuperar algum do prestígio que já teve, têm que se ter um Quadro funcional permanente e bom, onde as pessoas sejam motivadas e valorizadas por aquilo que fazem, para cativar alunos.-----

A escola em que cada ano letivo está refém de saber se terá alunos ou não. Por outro lado, não oferece a qualidade de serviços que prestava quando iniciou funções. Tem que se olhar para aquela escola com outros olhos, dinamizá-la e preencher os Quadros de pessoal com pessoas efetivas, se possível de Manteigas, para promovê-la. Isto para não fugirem para outras escolas. -

-----O Senhor Presidente disse que: concordo com a Senhora Vereadora Irene Leitão, temos de ter professores, mas para isso temos de ter dinheiro para lhes pagar. O que é essencial para ter uma escola de sucesso é voltar a fortalecê-la financeiramente, para poder atingir esses desideratos, garantir o financiamento do POCH, que não estaria garantido se não fossemos buscar alunos fora, tal como vai acontecer. A sustentabilidade da escola é o POCH e se não tivermos financiamento, com o número de alunos que tínhamos, não homologavam sequer a turma. Depois de ser homologada a turma, acrescentámos-lhe alunos de países fora da União Europeia e vão ser todos financiados. -----

O que lamento, é que, preocupa-se mais a Câmara em desenvolver esses processos do que a própria escola. Já tenho uma reunião marcada com o Senhor Secretário de Estado da Educação, para o dia 23, precisamente, por ter tido conhecimento de notícias relativamente ao ensino hoteleiro no novo Hotel Turismo da Guarda. O Instituto Politécnico pretende ter um ensino superior nessa escola, contudo há um outro operador, também na área do ensino profissional, que já veio dizer que é bom que se faça ali uma escola de hotelaria, contudo o grau de ensino que essa instituição ministra não é superior. O que significa que viria a colocar em causa a Escola de Hotelaria de Manteigas. Nesse sentido, rapidamente diligenciei para impedir que isso aconteça. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão aludiu: o Senhor Vereador José Biscaia falou na escola e nos funcionários que saíram, nesse contexto, pergunto se nenhum trabalhador foi despedido? -----

----- O Senhor Presidente respondeu: nenhum trabalhador foi despedido, tratam-se de contratos a termo certo que cessaram. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia deixou a seguinte ressalva: a Escola de Hotelaria na sua produção nunca baixou qualidade. Faltam-lhe alunos, porque os mesmos não existem; porque a oferta de formação é muita e o Estado entrou em concorrência consigo próprio, na medida em que começou a criar nos seus próprios estabelecimentos de ensino, o chamado ensino profissional, entre os quais introduziu a cozinha e a hotelaria. -----

Por outro lado, o Estado deixou de pagar os transportes aos alunos que se deslocam para uma escola que não seja da sua área de residência. Os alunos que vinham para a Escola de Hotelaria de Manteigas tinham direito à estadia (alimentação e alojamento) e ao transporte. Contudo, devido a uma medida do Governo, isso deixou de se verificar. -----

O nosso principal défice é de alunos e temos tido dificuldade em criar turmas, nos últimos seis a oito anos. A escola em termos de produto final é boa. -----

Sempre foi dito que há uma falta de dinâmica por parte da escola, porque não se apresentam nos grandes eventos, nas feiras nacionais e internacionais, não inventam manobras que ponham à venda o seu produto, que é de alta qualidade. Todos os alunos que estudaram na Escola de Hotelaria ou entraram para o ensino superior ou têm emprego, mas esta informação tem de ser divulgada, sendo que a culpa não é da Câmara. -----

----- A Senhora Vice-Presidente referiu: não há dúvida que os formandos que saem da Escola de Hotelaria levam boas referências, o ensino é dos melhores que existe a nível nacional. O que interessa é termos alunos e isso tem sido uma constante por parte da Câmara. No meu entendimento, o facto de não haver formandos não tem só a ver com os problemas que foram aqui apontados, mas deve-se também à degradação a que a escola chegou. A escola chegou a uma degradação total, que diria mesmo que é preciso ter mesmo muita vontade, e somente pelo ensino e pelas pessoas que dão formação, é que alguém coloca um filho na Escola de Hotelaria de Manteigas. -----

Há muitos anos que não tem havido manutenção e conservação do edifício, os quartos não têm aquecimento, a tubagem está toda em vias de rebentar. Se não foi responsabilidade da Câmara, foi responsabilidade de quem, que deixou que a escola chegasse aquele estado de degradação?

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso esclareceu que: já foram feitas imensas obras no edifício. Os telhados foram todos substituídos, pois existiam várias infiltrações; as



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 359 -

ruturas nas paredes foram todas arranjadas e continua a chover no edifício; qualquer dia a caldeira pode rebentar. -----

As últimas obras foram feitas em 2017 e já foram pagas pelo atual Executivo. Eu pedi em 2018 e em 2019 que se fizessem obras na escola, porque até 2017 estávamos à espera. Existia uma inscrição na Comunidade Intermunicipal para as escolas de Manteigas, sendo que o financiamento que está a ser utilizado nas obras da escola do primeiro ciclo e na pré-escola, destinava-se, integralmente, à Escola de Hotelaria, contudo a CCDR não deixou utilizar essa verba na Escola de Hotelaria, pois entende que é uma escola privada. O funcionamento da Fundação é privado, mas o edifício é da Câmara. -----

Ninguém sabe, que durante um ano, o programa comunitário interrompeu o pagamento do alojamento e da segunda refeição, apenas pagavam uma refeição. O anterior executivo andou mais de um ano a assinar livranças para sustentar a escola, porque havia mais de duzentos mil euros retidos no programa comunitário que não chegavam à escola. -----

----- **Ordem do Dia.** -----

**Apresentação, discussão e aprovação do projeto de execução “Passadiço do Zêzere”. -----**

-----Estavam presentes o Senhor Arquiteto Bruno e a Senhora Arquiteta Mónica da empresa MPT, a quem foi adjudicado a elaboração do projeto, tendo os mesmos feito a apresentação do projeto “Passeio do Zêzere”. -----

-----Após a apresentação do Projeto o Órgão Executivo teceu as seguintes considerações:-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso aludiu: a questão fundamental que queria colocar tem a ver com o distanciamento do percurso em relação ao rio. Se o distanciamento em relação ao rio é grande, mais vale aproveitar-se a levada nova e não entrar em grandes custos de investimento, pois considero que a mais-valia deste percurso é o rio. É evidente que toda a paisagem é importante, mas se o percurso não for suficientemente perto do rio, ou seja até cem metros do rio, é um desperdício este investimento. -----

-----A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão referiu: penso que é uma mais-valia e tem paisagens lindíssimas. Contudo, queria pedir que se altere o nome ao projeto. A Senhora Arquiteta falou em percurso ribeirinho, mas como “percurso” é uma palavra que custa a pronunciar, pode-se chamar de caminho. -----

Quando se houve falar em passadiço vem logo à memória os Passadiços do Paiva, e outros tantos que existem. Só significa que não há criatividade, nem imaginação, tem sempre que se ir buscar algo que já foi feito. Manteigas tem a sua realidade e não tem que andar a copiar modelos de outras realidades e de outros Municípios e a transpô-los para o nosso. Temos que ter a capacidade de imaginação suficiente para pegarmos no que temos e fazermos, sem andarmos à procura de algo que já está feito. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por outro lado, acho que este projeto não se vai potenciar o desenvolvimento sustentável e ecológico de Manteigas, pois vivemos num Parque Natural, onde tudo é verde. Custa-me a aceitar a ideia e os discursos sobre mobilidade das pessoas, quando vivemos numa terra, que na estrada principal há sítios que não têm passeios para as pessoas circularem, quanto mais para uma cadeira de rodas. -----

----- O Senhor Presidente explanou: em relação à denominação do projeto, manteve-se a denominação que estava no projeto, ou seja, “passeios”. No próprio plano de atividades e orçamento da Câmara está designado de “Passeios do Zêzere” e não passadiço. A Senhora arquiteta, na sua apresentação, falou em passadiços, contudo ainda nada está totalmente definido, em termos do nome do projeto. -----

O projeto vai aproveitar uma parte da Levada Nova. Pelo que entendi, a parte do percurso que se afasta do rio, não passará muito para além dos cem metros, sendo precisamente sobre a Levada Nova, aproveitando-a. Para se fazer um passadiço em cima do rio, tal como foi referido, onerava muito mais o projeto e temos que o restringir aquilo que é o financiamento que temos disponível. -----

Um percurso misto como este convence-me, porque há aqui uma parte ligada ao mosaico rural, agrícola e há outra parte ligada ao ecossistema do rio. Sendo tudo limitado em termos orçamentais ao que tínhamos disponível. Do meu ponto de vista, o projeto está perfeitamente enquadrado com a proximidade ao rio, com zonas de observação e com a parte do Passeio do Zêzere em cima da Levada Nova. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso deixou um reparo: se o Senhor Presidente recordar, quando eu propus que se aproveitasse o percurso da Levada Nova, respondeu-me que não podíamos ir por esse caminho, porque a Levada Nova era dos regantes, e o Município não podia fazer investimentos nessa Levada. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu: eu tinha a noção clara que a proposta inicial, que é do anterior Executivo, já passava na Levada Nova. O que disse, na altura, não tem nada a ver com este projeto, tem a ver com os trabalhos de reparação na Levada Nova. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia sublinhou: o que estamos a apreciar é o projeto que nos foi apresentado. Efetivamente o rio é o principal chamariz neste Passeio. -----  
Esta empresa foi contratada pelo anterior Executivo, exatamente, para fazer um projeto para duzentos mil euros (200.000,00€). Posteriormente, apresenta um projeto no valor de um milhão de euros (1.000.000,00€), quando o teto máximo do projeto era de duzentos mil euros (200.000,00€) e querem o pagamento do serviço prestado. Pelos vistos, esta apresentação, é a correção do projeto de um milhão de euros (1.000.000,00€) para duzentos mil euros (200.000,00€). -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 361 -

-----O Senhor Presidente esclareceu: não se trata de qualquer correção. Numa reunião anterior, disse que redirecionámos financiamento, sendo que isso estava exposto num dos quadros do Portugal 2020, da prioridade de investimento 6.1 do Pacto da CIM. Ou seja, parte do financiamento que tínhamos para a implementação da eficiência energética foi redirecionado para este projeto.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia concluiu: tratava-se de candidatura ao Turismo de Portugal, no montante de duzentos mil euros, e que foi chumbada, tal como deveria ter sido chumbada a prestação da empresa, pois o projeto que tinha sido solicitado era para duzentos mil euros (200.000,00€) e não para um milhão de euros (1.000.000,00€).-----

Se o financiamento é no âmbito do Pacto da CIM significa que se podem candidatar ainda duzentos mil euros (200.000,00€) no Turismo de Portugal. As minhas perguntas relativamente ao projeto é: quando o traçado cruza com o ribeiro da Vila como se faz? O percurso passa sempre por terrenos privados ou passa em terrenos comuns, como por exemplo a Levada?-----

-----O Senhor Engenheiro João Gabriel esclareceu: neste momento o projeto ronda os seiscentos mil euros (600.000,00€). No que diz respeito ao cruzamento do percurso com o caminho do ribeiro da Vila, vai-se fazer um passadiço sobrelevado. A maior parte do percurso ou passa junto ao rio, que é uma zona de utilização comum, ou então em caminhos existentes, ou junto à Levada. Residualmente pode passar em algum terreno privado.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia alertou: o projeto sem o cadastro pode-nos levar a valores que não estamos a prever, portanto é conveniente que juntem ao projeto o cadastro.-----

No meu entendimento, o custo atual já me parece mais conforme. Este é um projeto que já vinha de trás e parece-me atrativo e de implementar.-----

Respeitando a terminologia da Senhora Vereadora Irene Leitão, sobre o termo Passadiço, a verdade é que a palavra Passadiço já está na moda e não tem mal nenhum. Ainda agora se viu uma Fundação, de nomeada em Portugal (ligada à cultura e administrada pelo Ministério da Cultura), que fez um em altura, nas copas das árvores e chamou-lhe passadiço.-----

O grande desafio e proposta que faço e já fiz antes a este Executivo, desde o primeiro dia de mandato, é que seja realizado o verdadeiro passadiço, que na minha opinião irá trazer a grande mobilização, que é o Passadiço de Manteigas para as Penhas Douradas. Do meu ponto de vista, esse passadiço pode fazer a grande diferença, pois será o passadiço da maior montanha de Portugal e única, e que valorizará aquela estância de montanha, para a qual se está a fazer o Plano de Pormenor e a ligará à Vila, criando novo turismo e riqueza a Manteigas.-----

-----O Senhor Presidente considerou: no que diz respeito às Penhas Douradas, esse assunto será discutido posteriormente pela Câmara. É um projeto ambicioso, espero que a Câmara



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal de Manteigas tenha capacidade financeira para o fazer, pois é um desafio muito maior e que pode ser de facto diferenciador, sendo que nunca lhe chamaria de Passadiços. -----  
É evidente que tem de se deitar mãos a outras tecnologias, para se vencer todo o desnível da montanha, porque nem os Passadiços do Paiva conseguiriam fazer este trabalho de transposição dos obstáculos que existem pelo caminho, mesmo com um orçamento mais considerável.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso deixou uma recomendação: que ao longo de todo o percurso, sempre que seja possível, se faça um acesso pedonal ao rio, aproveitando as veredas que existem ou os intervalos entre caminhos. Receio que vai haver alguma oposição por parte de alguns proprietários, pois não querem ver os seus terrenos invadidos por passeantes.-----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar projeto de execução “Passadiço do Zêzere”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Aprovação da minuta do contrato referente ao empréstimo para substituição de dívida. ---**

----- Foi presente, para aprovação, a minuta do contrato referente ao empréstimo para substituição de dívida.-----

----- Submetida a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida minuta.-----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão votou favoravelmente a minuta do contrato referente ao empréstimo para substituição de dívida, com ressalva de que o termo de autenticação que “validou” o contrato de empréstimo refere que: “para fins de Autenticação me apresentou o presente “Contrato de Crédito” datado de 26 de Abril de 2019”, mas que o contrato junto foi subscrito a 05 de junho de 2019.-----

### **Deliberação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas).-----**

----- Foi presente, para deliberação, o assunto supracitado.-----

----- O Senhor Presidente fez uma breve explanação sobre o assunto em apreço: em contacto com os restantes Presidentes de Câmara da área do Parque Natural, percebi que alguns aceitaram essa competência, depois tem 120 dias para ser aplicado, para a Comissão se constituir e para se eleger o Presidente da mesma. Em outra circunstância aconselharia a que não aceitássemos a competência supracitada. O problema é que, desde sempre, temos dito que queremos que aproximem os Municípios da gestão do Parque Natural.-----

Ao conversar com os restantes Presidentes de Câmara, verifiquei que têm a mesma opinião. Não podemos num momento querer e no outro afastar, é melhor estar dentro do que estar fora.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

É necessário começar-se a debater, no sentido de se alterar algo na funcionalidade do próprio Parque Natural da Serra da Estrela. Portanto, a minha proposta é que se aceite esta competência. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia refletiu: estive a ler os documentos de suporte a esta matéria, onde é referido que a todo tempo compete ao ICNF a concretização do modelo de cogestão no território, mesmo quando os Municípios incluídos na área protegida de âmbito nacional não se pronunciem, em prazo não superior a 120 dias, independentemente da vontade expressa dos Municípios; o ICNF deve promover a adoção do modelo de cogestão de âmbito nacional através da sua expressão, prevista no quadro de objetivos fixados anualmente pelo serviço. O que significa que ou avançavam os Municípios, ou o ICNF avança com a cogestão. -----

Os referidos documentos aludem, que sem prejuízo da gestão atribuída, os objetivos são: criar uma dinâmica partilhada; concertar procedimentos; gerar maior proximidade dos cidadãos; assegurar os cumprimentos dos princípios e normas legais. Tudo isto é tão vago, que mais parece um programa de um partido político para eleições. -----

Refere ainda: *“quais as funções da Comissão de gestão que será presidida por um Presidente? Acompanhar a elaboração e revisão dos instrumentos de gestão e efetiva execução”*. -----

O Presidente acompanha? Quem são os técnicos. A Comissão garante que a cogestão da área protegida salvaguarda os recursos e os valores territoriais e depois coloca o Presidente a acompanhar a elaboração e a revisão! Algo não está correto. -----

Mais grave ainda, este diploma refere: *“esta estrutura de apoio deverá ser constituída pelos técnicos designados para o efeito, por cada uma das entidades ali representadas e deverá ser coordenada pelo responsável do ICNF designado.”* Não faz sentido nomear-se um chefe de divisão da Câmara para ficar em obediência de um técnico superior do ICNF. -----

Verificam-se tantas inconsistências sobre esta matéria, que aconselho que se deve dizer que o Município de Manteigas quer essa competência, mas primeiro pretende ver as dúvidas esclarecidas. É exigível um plano de cogestão que tem de ser posto à discussão pública. Propõe que depois de se ter esse plano de cogestão, que se segue a um esquisso previamente analisado pelos vários interlocutores e após a apreciação da discussão pública, então o Município decida aceitar a cogestão. -----

-----O Senhor Presidente clarificou: primeiro temos de aceitar a competência, pois há prazos. Sendo que isto pode tornar-se um instrumento importante no território para outras discussões ----

-----A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão declarou: fiquei admirada com o Senhor Presidente da Câmara, quando disse que isto pode ser um instrumento importante, quando na última reunião do Órgão Executivo disse que esta transferência de competências



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

para o Município só transferia competências odiosas, designadamente a fiscalização. Então, não consigo perceber a importância do mesmo, tanto mais que isto não é obrigatório, portanto neste momento a Câmara só vai dizer se aceita ou não. -----

Segundo a informação dos serviços jurídicos, refere que é o ICNF que tem de considerar o modelo de gestão neste território, portanto será esta comissão que vai promover esse modelo de cogestão das áreas protegidas. -----

As desvantagens são todas aquelas, que o Senhor Presidente elencou na última reunião. Salientou até a contrapartida dos meios financeiros para promover a execução, a fiscalização e eventual aplicação das coimas aos munícipes. Encargos financeiros para ao Município, com a manutenção da Comissão de Gestão, pois desconhece-se quem vai pagar a manutenção dessa Comissão, ou seja, o pagamento das ajudas de custo aos membros da mesma e aos técnicos. --

O que mais me choca são estas pretensões do Governo para o Plano de Cogestão. Se quem fez isto conhecesse a realidade económica e social de Manteigas, certamente que promoveria, previamente, a promoção das atividades económicas compatíveis com a proteção dos valores e dos recursos naturais; pugnaría pela defesa da qualidade de vida das pessoas que aqui vivem, na vila de Manteigas, cada vez com menos a olhar a natureza e a morrer de fome. -----

Este diploma vai levar a isto, sendo que não vejo como é que este instrumento vai permitir que a autarquia promova de uma forma sustentável, sem agredir a natureza e o desenvolvimento económico de Manteigas. Considero que isto não é para Manteigas, quem faz isto não conhece as realidades do Interior, nem das zonas protegidas, nem da nossa realidade social. -----

Eu voto contra a aceitação destas competências, por aquilo que expus e que já foi exposto pelos restantes membros do Executivo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia considerou: há duas formas de chegar a este objetivo, ou são as Câmaras que propõem ao ICNF, ou é este último que desenvolve o processo. Neste momento não sabemos qual é a posição das outras Câmaras. Se a maioria das Câmaras Municipais adotar que quer integrar um órgão de cogestão, parece-me mal que a Câmara de Manteigas fique de fora. A posição inicial da Câmara é que não quer esta competência, porque esta matéria está muito indefinida, contudo se os outros Municípios forem maioritariamente a favor, a autarquia de Manteigas não se deve colocar de fora. -----

----- O Senhor Presidente alertou: este assunto tem de ser submetido à próxima reunião da Assembleia Municipal, que tem de se manifestar se aceita ou não esta transferência de competência. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso avocou: temos um espaço temporal até um de janeiro de 2021. O órgão Executivo apreciou este assunto há cerca de quinze dias e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

todos consideraram que não estavam reunidas as condições. Sendo que continuo a achar que não estão reunidas as condições e Manteigas é um Município especial. -----

Já estamos a ser vítimas diretamente do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, que não há maneira de ser revisto e somos vítimas da cogestão que o ICNF tem com os Baldios de Santa Maria e de São Pedro, em que não há nenhum plano de gestão florestal, fazem tudo em cima do joelho, nem se sabe que gestão estão a fazer da nossa floresta.-----

Isto interessa particularmente ao concelho de Manteigas, muito mais do que a todos os outros concelhos, mas nestas condições não. Porque é que não esperamos que tome posse o próximo Governo? -----

-----O Senhor Presidente explicou: trata-se de um decreto-lei e o Município tem de tomar uma posição na próxima Assembleia Municipal. Se não aceitarmos enquadra-se depois na obrigatoriedade de aceitação a partir de 2021. -----

Nada daquilo que aqui foi dito, invalida aquilo que disse na reunião anterior, contudo quando disse que isto pode ser importante, quis dizer que pode ser importante para uma outra discussão, pode ser importante em termos de estratégia. -----

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, com três votos contra dos Senhores Vereadores José Biscaia, José Cardoso e Irene Leitão, e dois votos a favor do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente, reprovou a transferência de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (gestão das áreas protegidas). -----

**Deliberação sobre o pedido de alteração de edifício habitacional e de serviços, constantes do registo n.º 5268, datado de 29 de julho de 2019.** -----

-----Foi presente, para aprovação um pedido de alteração de edifício habitacional e de serviços, situado no Loteamento de Santo António. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia declarou: abstenho-me, atendendo que estamos perante uma unidade turística, um restaurante, e que segundo consta, esta alteração é indispensável para se tornar numa unidade com atração e capacidade. -----

Do meu ponto de vista, temos que encontrar uma solução, através de um projeto devidamente integrado. A informação refere que se trata de uma edificação, pois não tem um caráter transitório, nem sazonal. Ainda assim, certamente, que haverá uma solução, pois se o restaurante precisa impreterivelmente daquele espaço para o seu funcionamento, se o mesmo já existe e não é mobilizável para efeitos de estacionamento, visto que está dentro de uma grade. Considero que em vez de se indeferir já, pode-se pedir elementos para se conseguir solucionar esta matéria. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O espaço que o visado pretende utilizar já é utilizado como esplanada, apenas não está vedada. Se é para melhorar e dar qualidade a uma unidade de restauração, indeferir não me parece a decisão correta. Sendo que será menos um empresário, menos postos de trabalho.-----

Solicito que se retirasse este ponto da ordem de trabalhos e se peça aos serviços do Município que tentem encontrar uma solução para dar viabilidade ao processo. Se for possível encontrar legalmente uma solução seria ótimo, caso não aceitarei esta proposta de indeferimento.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso avocou: quando li esta informação pensei logo no Plano de Ordenamento do Parque, que permite que as pessoas possam pernoitar no Covão d'Ametade e no Covão da Ponte, desde que instalem a tenda à noite e que a levistem de manhã. Se as pessoas fizerem isso todos os dias podem pernoitar lá sem limite temporal. ----

No caso em concreto, em vez de ser uma noite é pelo período de um ano, ou seja, se a estrutura for levantada no final de um ano passa a ser provisória. Isto é injusto em relação a outras situações que se verificam no concelho, em que há estruturas que são amovíveis e que em princípio seriam para funcionar durante uma determinada época estival e depois serem retiradas, contudo passam anos e as mesmas continuam sem serem removidas, o que acho bem.-----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão considerou: esta questão está muito bem fundamentada na informação da nossa ilustre Jurista, porque se o espaço está enquadrado num loteamento, não pode ser alterado o loteamento sem o consentimento dos proprietários dos restantes lotes. Primeiro terá que se ir junto dos proprietários dos restantes lotes pedir autorização. Se estes autorizarem, a alteração de loteamento tem de ser submetida à Câmara, se os serviços técnicos o entenderem e se o resto da edificação estiver conforme às regras do urbanismo, pode-se deferir o pedido. Concordo com o Senhor Vereador José Biscaia, no sentido de que qualquer iniciativa de atividade privada deve ser acarinhada e desenvolvida. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia suscitou a seguinte questão: se o interessado apresentar o projeto como edificação, o processo passa a ser possível?-----

----- O Senhor Presidente elucidou: o resultado será o mesmo. Este processo tem um passado, não é a primeira vez que a Câmara indefere este pedido. Em sede de audiência prévia, o visado apresentou novas peças desenhadas, sempre na perspetiva de ligar a esplanada de uma forma definitiva ao corpo já existente.-----

Isso não é uma esplanada é uma ampliação do edifício. Sempre foi dito ao interessado, que se fosse uma esplanada não existia qualquer inconveniente, mas olhando-se para o projeto percebe-se claramente que é uma ampliação ao edifício e é fixa. A informação técnica explica que apesar de ser uma estrutura em materiais diferentes dos da construção atual, ela vai ser agregada à construção que já existe com parafusos, e fica ali de forma definitiva.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

De facto, não cumpre as normas legais para alteração ao loteamento. O interessado já foi notificado no sentido de informar que não reúne condições, pois não tem autorização dos proprietários. O ponto pode ser retirado da ordem de trabalhos e ser solicitado que seja cumprida a legislação subjacente à alteração de loteamentos, que seja reunido o consenso de todos os proprietários, embora este seja um trabalho que já foi feito.-----

Aceito a proposta do Senhor Vereador José Biscaia, no sentido de se tentar encontrar uma solução que cumpra o disposto legal. Se todos os proprietários anuírem, vamos ter de fazer uma alteração aquele loteamento, pois o mesmo tem de ser corrigido.-----

O lote onde estava a casa etnográfica e que foi vendido pela Câmara, constituía o lote um daquele loteamento, contudo foi vendido como se fosse um terreno à parte, desinserido do loteamento. Portanto, as áreas têm de ser corrigidas, uma vez que há a necessidade de licenciamento de outras construções, que ali estão e que reúnem condições de licenciamento, mas que estão dependentes desta alteração do loteamento. -----

Inclusivamente, esse processo já esteve na conservatória do registo predial, onde recebeu informação de que era necessário corrigir às áreas para colmatar a saída do lote número um deste loteamento. Aquela loteamento é do Município de Manteigas que vendeu os lotes, como tal terá de ser feita uma alteração. -----

Se todos os proprietários anuírem ao que é solicitado pelo visado, não há qualquer problema. Contudo, este processo só chegou a este ponto, precisamente porque não há anuência dos proprietários.-----

Eu não aceito a proposta do Senhor Vereador José Biscaia. Na minha opinião, a proposta que foi submetida à apreciação do Órgão Executivo deveria ser votada, independentemente de ser reprovada e de se pedir novos documentos ao visado, por uma questão de respeito para com o trabalho dos técnicos que elaboraram esta proposta. Pois, não me parece correto o assunto ser retirado depois de todo o trabalho de análise que foi feito pelos técnicos, tem que se ter respeito pelo trabalho destes. Como tal, quero votar esta proposta.-----

-----A Senhora Vice-Presidente declarou: não aceito a proposta do Senhor Vereador José Biscaia. Na minha opinião, a proposta que foi submetida à apreciação do Órgão Executivo deve ser votada, independentemente de ser reprovada e de se pedir novos documentos ao visado. ----

Isto por uma questão de respeito para com o trabalho dos técnicos que elaboraram esta proposta. Sendo que não me parece correto o assunto ser retirado, depois de todo o trabalho de análise que foi feito pelos técnicos, tem que se ter respeito pelo trabalho destes. Como tal, quero votar esta proposta.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente sublinhou: também tenho todo o respeito pelo trabalho dos técnicos do Município e qualquer decisão que seja tomada pelo Órgão Executivo, não pode ir contra a proposta dos mesmos, as informações dos técnicos são para serem respeitadas.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso considerou: todos os elementos do Executivo subscrevem esta informação técnica, mas em nada prejudica o processo, se se tentar encontrar uma solução para o mesmo.-----

----- A Câmara Municipal de Manteigas deliberou, por unanimidade, não aprovar a referida alteração, conforme proposto pelos Serviços.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão apresentou uma declaração de voto que em seguida se transcreve: *“Voto contra, de acordo com a informação constante no parecer técnico/jurídico, violação das disposições legais aplicáveis; designadamente violação da Lei dos Loteamentos Urbanos.”*-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia apresentou uma declaração de voto que em seguida se transcreve: *“Eu tinha a ideia de que estávamos perante uma estrutura amovível. Votei contra o pedido que foi apresentado, atendendo ao que a Câmara Municipal identificou o projeto como sendo de uma obra de edificação, esta construção de esplanada. Uma obra de edificação com aumento de área edificada e por isso mesmo está sujeita ao cumprimento da legislação vigente e das regras de loteamento, pelo que o processo só poderá evoluir, e aqui teria o meu voto favorável, se forem cumpridos os trâmites legais que a lei impõe.”*-----

**Deliberação sobre o pedido de legalização de edifício habitacional constante do registo n.º E/5397/2019, datado de 5 de agosto de 2019.**-----

----- Foi presente, para aprovação um pedido de legalização de edifício habitacional, constante do registo n.º E/5397/2019, de 5 de agosto de 2019.-----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida legalização, conforme proposto na informação n.º 5397/Proc. 12/2018.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

**Deliberação sobre a alteração orçamental n.º 5/2019.**-----

----- Foi presente, para aprovação a alteração orçamental n.º 5/2019.-----

----- O Senhor Presidente explanou: a alteração orçamental apresentada visa dotar com financiamento suficiente a aquisição da viatura para os transportes escolares. O que estava previsto era o Município comprar em sistema de *leasing*, contudo há capacidade para se comprar a pronto pagamento.-----

Por outro lado, tem também por objetivo alterar algumas rúbricas relativas ao Festival de Outono.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso concluiu: a alteração verifica-se na rúbrica do Parque Ambiental da Fábrica do Rio, que passa a verba para a rúbrica que se destina à aquisição da carrinha. -----

-----O Senhor Presidente anuiu explicando: trata-se de despesa de capital, sendo que o projeto em causa já não será executado todo este ano, foi lançado agora o concurso, pois atrasou-se a aprovação da candidatura e do projeto. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso interpelou: o apoio social no valor de quatro mil euros (4.000,00€) destina-se ao apoio à fixação de famílias?-----

-----O Senhor Presidente confirmou, tendo especificado: verificam-se mais nascimentos no concelho. A rúbrica foi dotada em função da média dos anos anteriores. Sendo que se destina também para o apoio a uma bolsa de estudo que não estava prevista e que foi concedida.-----

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira do município, nos termos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d), da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. -----**

-----Foi presente para conhecimento a informação sobre a situação económica e financeira do município, nos termos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d), da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.-----

-----O Senhor Presidente explanou: a informação sobre a situação económica e financeira do Município foi remetida tardiamente para os Senhores Vereadores, porque a versão final foi enviada no dia anterior pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). Por duas vezes a informação teve que ser corrigida, pois apresentava valores que deveriam ser a positivo e estavam a negativo. O serviço de Contabilidade avisou o ROC, pediu a respetiva correção, contudo a mesma foi enviada para o Município ainda com erros e teve de ser novamente corrigida. Se quiserem tecer alguma consideração, ou então poderão estudar convenientemente o documento e o mesmo ser apreciado na próxima reunião. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, no uso da palavra, teceu as seguintes considerações: tenho verificado que o Revisor Oficial de Contas do Município nunca cumpre o exposto no artigo 77º da Lei 73/2013. A apresentação pelo ROC ao Órgão Executivo e ao Órgão Deliberativo deve ser semestral, o que não quer dizer que teria de ser feita logo em junho, pois ainda não tinha elementos para o fazer.-----

Gostaria de imputar a responsabilidade, pois se o Município no fim do semestre remete os elementos logo em julho, a informação deveria ser remetida para a Câmara em agosto. Foi isso



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que aconteceu? É um dos deveres que se proceda anualmente à Revisão das Contas; assim como verificar a regularidade dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos que lhe servem de suporte; participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades da prossecução do plano anual de investimentos do Município; proceder à verificação dos valores patrimoniais do Município ou por ele recebidos em depósito ou a outro título; remeter semestralmente aos órgãos executivos e deliberativos a informação sobre a respetiva situação económica e financeira. -----

Na minha opinião tem de existir um acompanhamento sistemático por parte do ROC, em vez de este esperar que o Município lhe remeta os elementos. Isto é uma análise intercalar, em que seria de todo conveniente, que o ROC se pronunciasse se a execução que está a ser feita põe em causa ou não o Plano de Atividades e Orçamento, quer o anual quer o plurianual. Isso nunca se verificou, nem na informação do primeiro semestre, nem na informação do final do ano.-----

Não estou contra os dados que foram presentes, apenas fica desta nota de que não há uma apreciação, que permita verificar se a execução está a ser conforme o Plano de Atividades, ou se está aquém do previsto, aliás, como parece com os dados disponíveis. -----

Se um Revisor Oficial de Contas serve apenas para dizer que as contas estão bem lançadas, então nesse caso, o serviço de Contabilidade já possui um programa que não permite que nada seja desconforme à aplicação do Plano Nacional de Contas. -----

Esta informação chegou tarde, não traz nada de novo, não cumpre o que a lei define que seja identificado. Se não fossem os elementos que detenho para ver a execução da receita e da despesa este documento em nada ajudava essa análise. Sendo que, verifica-se uma execução das despesas de capital muito abaixo do que estava preconizado no Plano de Atividades e Orçamento.-----

O Revisor Oficial de Contas serve precisamente para alertar a Câmara para o que está feito ou não e também para prevenir relativamente a incumprimentos dos grandes documentos de gestão das Câmaras, sendo que nas informações do ROC isso não se verificou.-----

----- O Senhor Presidente assinalou: esta situação verifica-se desde que este Revisor Oficial de Contas executa este serviço. Já chamei à atenção do ROC relativamente aos prazos, e há momentos que são cruciais para resolver estes problemas. É verdade que não é possível apresentar a informação logo a seguir ao final do primeiro semestre, mas infelizmente tem acontecido já há uns anos esta situação. Recordo que, enquanto Vereador, vinha para as reuniões de Câmara e via o documento em cima da mesa, nem sequer era remetido previamente.-----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão declarou: considero não ter conhecimento da situação económica e financeira da Câmara Municipal de Manteigas, pois que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o relatório do Revisor Oficial de Contas, apenas foi presente na data de hoje ao meio da reunião, e dado ao facto de não ser contabilista, não tive oportunidade de fazer a sua análise, até este momento.-----

-----O Senhor Presidente aludiu: o Senhor Revisor Oficial de Contas consulta todas as atas da Câmara, sendo que também terá acesso a esta, logo terá conhecimento do que foi dito sobre esta matéria.-----

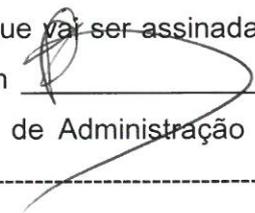
-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso teceu as seguintes considerações: os níveis de execução da receita e da despesa estão muito baixos, contudo sabemos que vão melhorar agora, no segundo semestre. Verifico que há alguma pressão nas despesas com pessoal, que vão ser muito mais altas do que no ano anterior e com tendência para agravar esta diferença, contudo a Câmara também teve muitos anos sem admitir pessoal.-----

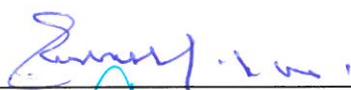
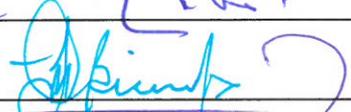
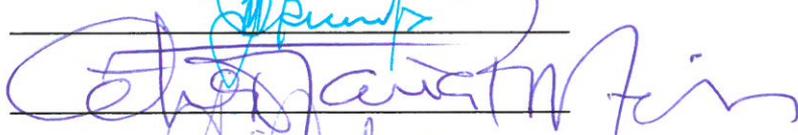
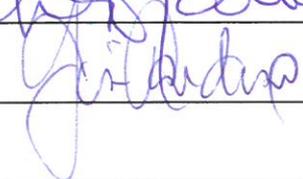
Verifica-se aumento de credores, um é na rubrica de utentes, na conta corrente, que subiu mais de cinquenta e cinco mil euros (55.000,00€) em relação ao ano passado. Julgo que sejam os consumidores de água, saneamento e resíduos. Por outro lado, os clientes em conta corrente, aumentou doze mil euros (12.000,00€). No que diz respeito à rubrica de dívida a fornecedores considero que não há necessidade de haver um saldo tão elevado.-----

### **Finanças Municipais.**-----

-----Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de novecentos e cinquenta e três mil, novecentos euros e oitenta nove cêntimos (953.900,89€).-----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezoito horas foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que ~~vai~~ ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim   
Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS**

